Conselho de Administração
Presidente
Plinio Villares Musetti
Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Júlio César Mesquita, Patricia Maria Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Maria Aparecida Damasco
Editora-Chefe de Conteúdos Digitais: Claudia Belfort
Diretor do Núcleo Publicações: Ilan Kow
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzi
Diretor de Mercado Leitor e Operações: Christiano Nygaard
Diretor de Estratégias e Mercados Digitais: José Papa Neto
Diretor Financeiro: Jorge Casmerides
Diretor de Recursos Humanos: Fábio de Biazzi
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br
A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Qual reforma tributária

Empresários e contribuintes em geral gostariam muito de acreditar na afirmação do ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa, de que "a reforma tributária já começou e está caminhando". De que é urgente uma reforma extensa e profunda de nosso sistema de impostos, contribuições e taxas, ninguém que conheça o assunto parece discordar, como deixaram claro os participantes do seminário *Como avançar na agenda da tributação*, promovido pelo **Estado** e pela *Agência Estado*, com o apoio da Confederação Nacional da Indústria. Afinal, há muito tempo a complexidade do sistema tributário – que impõe despesas administrativas extraordinárias às empresas – e o alto peso dos impostos – que onera demasiadamente os custos de produção no País e continua a crescer – retiram competitividade dos produtos brasileiros e retardam o crescimento. Ainda que ela esteja em curso, no entanto, de que reforma falou o ministro interino, em entrevista ao **Estado** (11/10)?

Quando autoridades, empresários, tributaristas e outros contribuintes discutem a reforma tributária, o único ponto com o qual todos concordam é quanto à sua necessidade e urgência. É preciso fazê-la o mais depressa possível. Por isso, governos vêm anunciando projetos de reformas tributárias praticamente desde a promulgação da Constituição de 1988.

Como lembrou o economista e ex-coordenador da Administração Tributária do Estado de São Paulo Clóvis Panzarini em artigo publicado neste jornal, propostas de reforma tributária têm sido enviadas ao Congresso desde o governo Fernando Henrique. Em abril de 2003, ainda no início de seu primeiro mandato, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva caminhou do Palácio do Planalto até o Congresso acompanhado por 27 governadores para apresentar a reforma que seria a mais desejada por todos. Garantia ter feito em três meses o que seu antecessor não conseguira em oito anos.

De tudo isso, o efeito prático, nocivo para os contribuintes e para a economia brasileira, foi a criação ou a renovação do imposto sobre o cheque, sob diferentes formas.

E por que, embora tão defendida, a reforma tributária pouco avança? A reforma não sai porque quem mais está falando em fazê-la, isto é, o governo federal, não é dono do principal imposto a ser reformado, que é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de natureza estadual, observou o economista Raul Velloso. "O dono do ICMS são os governadores, que não querem perder receita."

Criado como um imposto de valor adicionado, o ICMS foi sendo desfigurado e hoje, como observou Panzarini, é "o grande protagonista do manicômio tributário brasileiro". É ele que gera a guerra fiscal entre os Estados, a guerra dos portos (uma forma específica da guerra fiscal) e a guerra do comércio eletrônico. A toda iniciativa de mudança nas regras do ICMS os governadores reagem com desconfiança, pois temem que seus Estados percam receitas e outros ganhem.

Como os governadores só concordam com uma reforma que não lhes imponha perdas de receita, a mudança só se fará com o sacrifício adicional do contribuinte. Mas este já vem sendo crescentemente onerado, pela persistente elevação da carga tributária, que passou de 25,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1993 para 35,88% no ano passado e, em 2012, deve ultrapassar 36% do PIB.

Diante da imensa dificuldade para chegar a um projeto abrangente que tenha apoio político suficiente, o governo Dilma tem optado por medidas pontuais, entre as quais o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, apontou a desoneração da folha de pagamentos de 20% da contribuição previdenciária. Outras ainda estão em estudos, como a simplificação das regras do ICMS e do PIS/Cofins, mas poderão ficar para 2014, para evitar perdas de receitas em 2013, quando a economia brasileira ainda deverá estar se recuperando da crise.

Tem havido alguns poucos benefícios para o setor produtivo, e outros poderão surgir futuramente, mas as empresas continuam envolvidas por um cipoal de normas tributárias que afetam seus negócios e seu crescimento – e, com mudanças a conta-gotas, assim continuará por muito tempo.

A crise mundial e o agronegócio

O agronegócio assegurará, mais uma vez, o bom desempenho da balança comercial brasileira, mas, como outros setores da economia, já sente os efeitos da crise internacional. Nos nove primeiros meses do ano, as exportações do agronegócio alcançaram US$ 71,25 bilhões, um valor excepcional se comparado com as exportações totais do País. No período, o setor respondeu por 39,5% de tudo o que o País exportou, o que inclui minérios, matérias-primas em geral, produtos semimanufaturados e manufaturados, além dos seus produtos agrícolas e agroindustriais. Mas esse valor é apenas 0,5% maior do que o registrado nos nove primeiros meses de 2011 e, se o desempenho recente se repetir até dezembro, é possível que o total exportado pelo agronegócio em 2012 seja menor do que o do ano passado.

Como as importações do setor diminuíram 6,2% nos noves primeiros meses do ano na comparação com o mesmo período de 2011, o saldo comercial cresceu 2,0%, tendo passado de US$ 58,05 bilhões para US$ 59,22 bilhões, valor mais do que suficiente para compensar com grande folga o déficit comercial registrado pelo setor industrial. Mas, como as exportações, também o saldo comercial do agronegócio tende a diminuir, embora, pelo valor que já atingiu, deva manter-se elevado nos próximos meses.

Em setembro, de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, as exportações do agronegócio alcançaram US$ 8,68 bilhões, 7,5% menos do que o valor exportado em setembro de 2011 e 1,5% menor do que as exportações de agosto deste ano. Redução do volume exportado, queda dos preços internacionais ou a combinação desses fatores explicam a queda do valor exportado no mês passado.

As exportações do complexo soja (grão, farelo e óleo), principal item da pauta do agronegócio, caíram 30,8% em valor e 39,9% em volume na comparação com setembro de 2011. Um dos poucos setores que apresentaram aumento em relação ao ano passado foi o de carnes (de frango, bovina e de porco), com aumento de 3% em valor.

A conclusão mais preocupante dos dados recentes sobre o comércio exterior do agronegócio é que estão em queda, rápida em alguns casos, as vendas para os principais mercados. Em setembro, as exportações para os dois principais blocos compradores de produtos brasileiros, que respondem atualmente por 55% do total das vendas externas do setor, a Ásia (excluído o Oriente Médio) e a União Europeia, caíram 16,9% e 11,2%, respectivamente.

Para a China, o maior cliente do agronegócio brasileiro, as exportações em setembro foram 37,7% menores do que as de setembro de 2011. Nos nove primeiros meses do ano, as exportações para a Ásia ainda registram aumento expressivo, de 15,3%. No entanto, se se repetir a drástica redução das exportações para a China observada em setembro, essa variação diminuirá rapidamente, e poderá se tornar negativa.

As exportações para a União Europeia já registram redução de 6,9% no acumulado dos nove primeiros meses do ano e tendem a acentuar a queda, dada a persistência da crise pela qual passa o bloco e que afeta duramente todas as exportações brasileiras. Os resultados das exportações de outros produtos para a União Europeia são piores que os do agronegócio, pois as vendas totais do Brasil para o bloco em crise diminuíram 8,1%. Nota divulgada no início do mês pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior indica a queda das exportações de minério de ferro, produtos siderúrgicos, ouro em forma semimanufaturada, plásticos, produtos químicos e aparelhos eletrônicos, além de produtos exportados pelo agronegócio, como café, celulose e carnes.

Para o Brasil, este deverá ser o pior ano do comércio com a Europa em uma década. Mesmo assim, o resultado final ainda deverá ser um saldo comercial favorável ao Brasil, mas o superávit poderá ser o menor desde 2002. Através da balança comercial, a crise europeia afeta diretamente toda a economia brasileira, incluindo o agronegócio, que continua sendo o setor mais dinâmico do comércio exterior do País.

O piso do professorado

Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter reconhecido em 2011 a constitucionalidade da Lei 11.738, que impôs o piso salarial unificado para os docentes da rede pública de ensino básico, seis governadores voltaram a recorrer à Corte, desta vez questionando a forma de reajuste do piso.

Um dos signatários da nova Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) é o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Foi ele quem, como ministro do governo Lula, propôs o piso para os docentes das escolas públicas, enfrentando à época forte resistência dos Estados. Em abril de 2011, o STF derrubou a primeira Adin proposta pelos governadores, reconhecendo a constitucionalidade da Lei 11.738. Agora, os governadores questionam especificamente o artigo 5.º dessa lei, que define a forma de cálculo da correção do piso unificado.

Esse artigo prevê que o piso tem de ser reajustado anualmente com base no crescimento das verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Como esse aumento é fixado por portaria ministerial e seu porcentual tem ficado muito acima da inflação, os governadores questionam sua constitucionalidade. Segundo eles, a concessão de aumento real ao professorado só pode ser feita com base em lei. Entre 2011 e 2012, o Fundeb cresceu 22%. Com isso, o piso passou de R$ 1.187 para R$ 1.451. Para 2013, o MEC estima que o Fundeb vá aumentar 21%.

Os governadores alegam que essa forma de reajuste impede o planejamento tributário dos Estados. "É impossível pagar os aumentos. É uma superposição de mais de 20% na folha de pagamento da educação neste ano e de mais de 20% em 2013, o que torna inviável o custeio dessa folha", diz Genro. Além do recurso ao STF, os governadores patrocinam na Câmara um projeto que muda o artigo 5.º da Lei 11.738, determinando a correção do piso com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – o que, na prática, resultaria em reajustes menores do que os fixados com base na evolução do Fundeb.

Para os governadores, se o STF mantiver o artigo 5.º da Lei 11.738, os Estados perderão autonomia sobre seus orçamentos. Mas, se a Corte derrubá-lo, dizem eles, os Estados poderão definir os critérios que considerarem mais adequados conforme sua situação fiscal. Já para os docentes, a mudança na forma de correção desfigura o piso salarial. Se cada Estado acatar um critério distinto de correção, com o tempo o piso desaparecerá, afirmam. "Os governadores estão criando um problema para si. Não existindo mais o balizador nacional do reajuste, em cada Estado os docentes farão sua luta e vai ter muito mais greve", diz o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Roberto Leão.

O governador Tarso Genro refuta essas críticas. "A lei do piso foi instituída a partir de um conjunto de movimentos e decisões que começaram quando eu estava no MEC e foi consolidada quando eu estava no Ministério da Justiça. Todas as negociações que acompanhei indicavam que o piso seria um valor e sua correção seria feita com base na inflação. O conceito de piso vem daí. A correção pela inflação significa atualização. O que a Lei 11.738 propõe é um aumento real contrabandeado para dentro do orçamento estadual via portarias anuais do MEC. Ou seja, com essa regra o processo de aumento salarial real fica fora do âmbito dos Estados, ferindo a autonomia federativa", diz ele.

A criação do piso salarial unificado foi uma iniciativa louvável, pois os salários do professorado estão entre os mais baixos entre os profissionais qualificados do setor público, mas a concessão de aumentos reais tem de estar condicionada à realidade fiscal dos Estados. Os governadores têm razão quando alegam que, tendo de pagar a conta, não são ouvidos pelo ministro da Educação. Portanto, é preciso uma negociação, mas ela não pode ser conduzida por políticos que, quando ocuparam uma posição ministerial, usaram a educação para obter dividendos eleitorais, impondo aos Estados obrigações com que não podiam arcar, e agora, como governadores, alegam não poder cumprir o que defenderam no passado.

ção nem sequer ficou sabendo, isto é, a trama foi orquestrada na calada da noite e, o pior de tudo isso, com total conivência da Justiça. Por isso, e não só por isso, mas por tudo isso, doravante passarei a fazer coro com os que pregam o voto nulo. E tem mais: S. Exas. têm de explicar a todos os eleitores do Brasil o porquê dos 42,03% de votos nulos em Osasco. Mais os 17% de abstenções e 6% de votos em branco, o candidato vencedor terá menos de 25% de sufrágios do total do eleitorado da cidade. Como cidadão brasileiro, faço um apelo à Justiça Eleitoral: que seja efetuada nova eleição com regras claras e definidas para que a população de Osasco possa fazer uma escolha livre de qualquer suspeita.

JOSÉ DA SILVA
jsilvame@hotmail.com
Osasco

Voto nulo

Em toda época de eleições corre pela internet campanha para anular votos. Sempre acham um motivo para incentivar essa tática e quem entra nessa campanha sem pensar não reconhece que por trás desses e-mails existe sempre um político que quer ganhar as eleições a qualquer custo, mesmo sabendo que quem perde é o próprio cidadão. Porque quem vota nulo ou em branco não terá jamais moral para exigir absolutamente nada de seu município, Estado ou Nação. Não poderá reclamar que seu bairro está abandonado. Que seus impostos não estão sendo usados como deveriam. Que a energia elétrica não chega à sua rua. Que a escola dos seus filhos não presta. Que determinado político da sua cidade é incompetente. Que faltam leis para segurança pública, etc. Quem vota em branco, nulo ou não comparece às urnas não pode jamais exercer sua cidadania plena. Vale a pena?

BEATRIZ CAMPOS
beatriz.campos@uol.com.br
São Paulo

"A Justiça já fez com dignidade o seu papel, resta agora a responsabilidade do povo de fazer a sua parte nas urnas"

JOSÉ PEINADO / SÃO PAULO, SOBRE MENSALÃO E ELEIÇÃO
irapeinado@terra.com.br

"Do jeito que a coisa anda nestas eleições, perigo se um certo partido assumir: poderemos em breve ter o 'sãopaulão', pois a ganância dele é muito grande!"

ISAC REISMANN / SÃO PAULO, IDEM
isac.reismann@gmail.com

HÁ 1.173 DIAS POR DECISÃO JUDICIAL, O **ESTADO** ESTÁ SOB CENSURA. ENTENDA O CASO: WWW.ESTADAO.COM.BR/CENSURA

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA — TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL: 1.458

Cotas saldam dívida com pobres, diz Dilma

Decreto que destina 50% das vagas nas universidades a alunos da rede pública saiu na sexta-feira

● "Este país, que diz que luta tanto contra o 'pré-conceito', (*é*) estimulado por órgãos e governos preconceituosos."
VANESSA DE MELO CARDOSO

● "Eu sou a favor (*de cotas*). Mas, se não fizer nenhum investimento sério em educação básica, será algo demagógico."
RAFAEL MAX FERREIRA PIRES

● "Queremos saber: como vão seguir as escolas públicas?! Abandonadas, como sempre?!"
DANIEL BRISOLARA

O ESTADO DE S. PAULO

Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55 - 6º andar, CEP 02598-900
Fax: (11) 3856-2920
E-mail: forum@estadao.com

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada.

Central de atendimento ao leitor:
3856-5400 – falecom.estado@estadao.com
Central de atendimento ao assinante
Capital e Regiões Metropolitanas: 4003-5323
Demais localidades: 0800-014-77-20
www.assinante.estadao.com.br/faleconosco
Classificados por telefone:
3855-2001
Vendas de assinaturas:
Capital: 3950-9000
Demais localidades: 0800-014-9000
Vendas Corporativas:
3856-2917
Central de atendimentos às agências de publicidade:
3856-2531 – cia@estadao.com
Preços venda avulsa: SP: R$ 3,00 (segunda a sábado) e R$ 5,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC e DF:** R$ 3,50 (segunda a sábado) e R$ 6,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT e MS:** R$ 5,50 (segunda a sábado) e R$ 7,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO e AL:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 8,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo)
Preços assinaturas: De segunda a domingo – SP e Grande São Paulo – R$ 74,90/mês. Demais localidades e condições sob consulta.